

## **PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO TRABALHO: UM OLHAR SOB OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.**

Ederson Fernando Mariano (PIC/CNPq/UEM), Márcia Campos Andrade  
(Orientadora/DPI/UEM), e-mail: ederpsico@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá/CCH/Maringá, PR.

**Área: Psicologia; Sub-área: Psicologia Social**

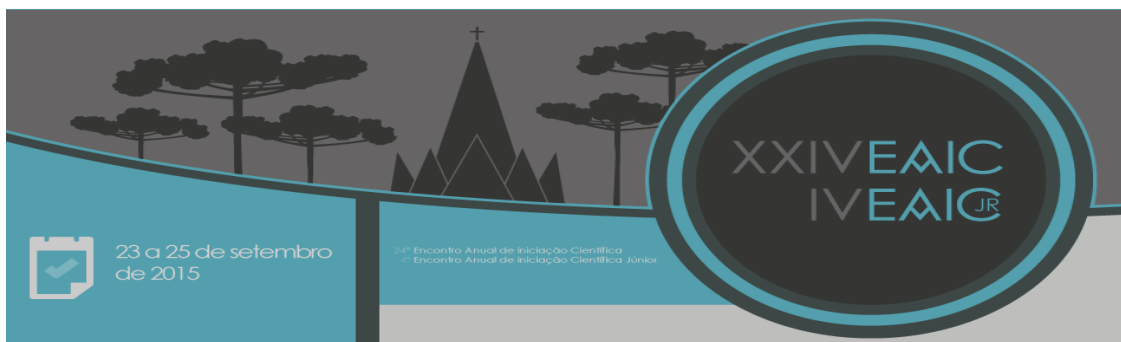
**Palavras-chave:** Psicologia e Políticas públicas, Trabalho, Modos de Subjetivação.

### **Resumo:**

As Políticas Públicas no campo do trabalho trazem um novo olhar para o trabalhador, especificamente os que tiveram que mudar suas formas de trabalho decorrente dos novos modos de trabalho na Contemporaneidade. Com este novo olhar pela busca de prevenção e promoção da saúde programas como o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN foi criado. Sendo assim, o presente trabalho utilizando a análise de conteúdo temática e a pesquisa-ação buscou identificar quais são os modos de subjetivação que foram criados a partir deste programa, especificamente, as hortas comunitárias de Maringá-PR. Tendo como resultados as diferentes formas que os sujeitos constroem em relação ao trabalho com a terra e a política pública que instituiu as hortas comunitárias na cidade de Maringá-Pr.

### **Introdução**

Estudar as Políticas Públicas no campo do trabalho com foco na psicologia torna-se um desafio, seja pela ausência de trabalhos relacionados ao tema, ou pelo vasto campo teórico, tanto da Psicologia Organizacional e do Trabalho como das Políticas Públicas instituídas no Brasil. Assim a busca por uma nova caracterização do trabalho e seus modos de subjetivação para além do êxodo rural se torna nosso ponto principal de investigação. Ao buscarmos o contexto teórico foram evidenciadas novas formas de trabalho que se fortaleceu após a segunda guerra mundial nos países capitalistas, pois a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e o consumo foram adquirindo proporções cada vez maiores, não possibilitando mais espaços apenas no meio rural Mattoso (1994). Especificamente no Brasil nasce à necessidade de maior intervenção do Estado para garantir o “bem-estar social”, havendo um grande crescimento dos direitos da cidadania e sistemas de previdência, saúde e educação para o novo perfil do trabalhador, porem sem existir uma política pública do trabalhador que não se adaptava aos novos cenários de trabalho.



No contexto Brasileiro atual, as principais políticas públicas no campo do trabalho estão voltadas para a geração de emprego, renda e manutenção de níveis de emprego que permita a população padrões dignos de sobrevivência e cidadania. Por isso, a importância de políticas de inclusão social com foco no trabalhador, entre elas as que atendem ao trabalhador da agricultura familiar. Portanto buscaremos com o presente trabalho delimitar as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, especificamente a Agricultura Urbana e Periurbana com foco nas Hortas Comunitárias.

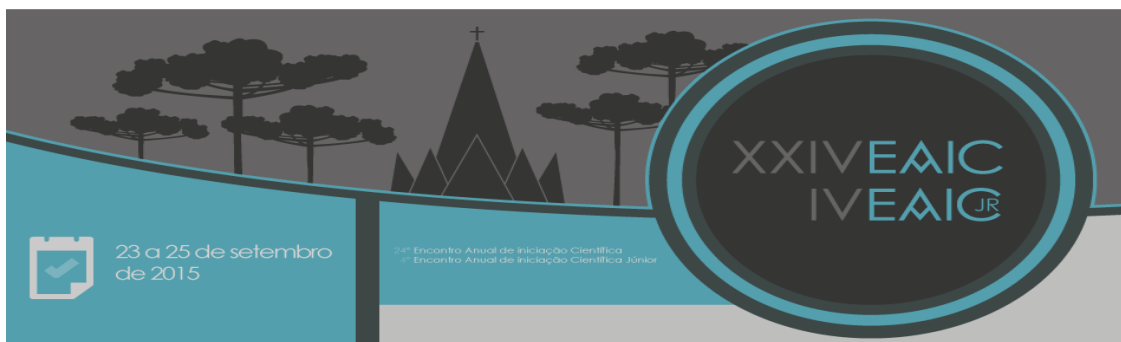
Em 2006 o projeto de Lei (00081/2006) Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com vista em “assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”.

A criação das Hortas Comunitárias em Maringá foi por meio da Prefeitura de Maringá coordenada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP). De acordo com o fundador das Hortas Comunitárias em Maringá com o surgimento das hortas cria-se uma alternativa viável que contribui na ocupação de terrenos que até então estavam baldios e ociosos em áreas urbanas, esta ação, ainda, contribui para a produção de alimentos, sendo instrumento e forma de ação social voltada a enfrentar as situações emergenciais de fome, possibilitando a geração de rendas extras (ALBUQUERQUE, 2011). Em 2007 o programa contava com 17 hortas instaladas em diferentes bairros da cidade atendendo cerca de 430 famílias e mais de 2.000 pessoas. No ano de 2012, o número de hortas comunitárias passou para 24 implantadas em vários bairros da região urbana e periurbana, atendendo cerca de 700 famílias e mais de 2.800 pessoas indiretamente, produzindo cerca de 200 toneladas de alimentos.

## **Materiais e métodos**

A metodologia foi dividida em duas fases teórico-metodológica, na primeira trabalhamos com a análise de conteúdo temática (escolha e exploração dos documentos sobre agricultura familiar e posterior análise dos mesmos); na segunda realizamos o trabalho de campo onde trabalhamos com a pesquisa-ação, definida por Thiollent (1998), como um tipo de investigação social empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes estão envolvidos de forma igual e participativa.

As etapas da pesquisa-ação se constituíram na descoberta da situação atual das hortas comunitárias, ou seja, uma análise/pesquisa situacional, pois foi necessário conhecer e compreender qual é a realidade vivida neste contexto pelos trabalhadores. A seguinte etapa se constituiu no



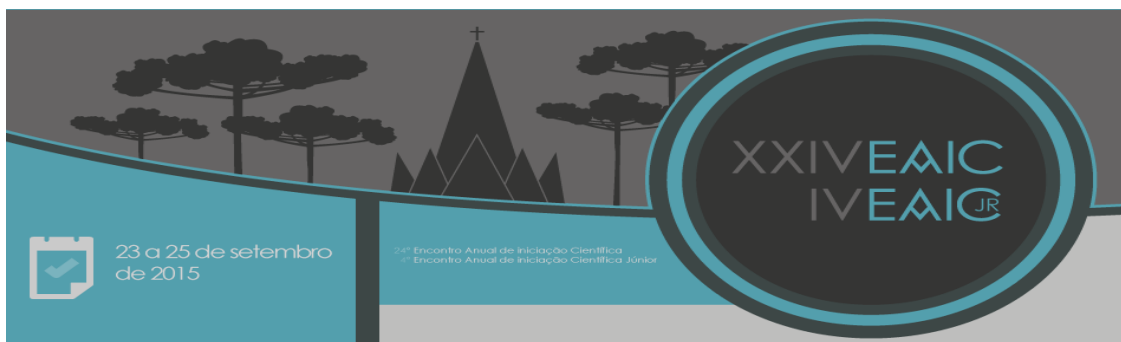
planejamento da pesquisa no que diz respeito ao monitoramento dos resultados com participação dos trabalhadores. No processo de administração do conhecimento os dados foram analisados levando em conta a relação sujeito-sujeito, sendo necessário a participação dos colaboradores da pesquisa. E por fim, a última etapa da pesquisa se constitui na participação de rodas de conversa com objetivos de identificar quais são os modos de subjetivação que os próprios trabalhadores têm de si mesmos. Ressaltamos que esta última etapa ainda está em processo de execução, e portanto, os resultados aqui apresentados são parciais.

## Resultados e Discussão

Na análise dos resultados, trabalhamos com o conceito de subjetividade em Foucault como a indissociabilidade entre individual e coletivo, interior e exterior, dentro e fora, ou seja, não existe subjetividade construída sem a relação com o exterior ao passo que os sujeitos podem ser integrados, desde que se submetam-resistam a um conjunto de modelos e normas que são produzidos socialmente. Assim são definidos os modos e processos de subjetivação, o primeiro diz respeito às formas predominantes destas relações, ou seja, numa dimensão macro e intersubjetiva, já o segundo se refere à maneira particular como cada sujeito estabelece esta relação em sua vida, ou seja, no plano micro e subjetivo. (FOUCAULT, 2004b apud NARDI; RAMMINGER, 2006).

Trabalhamos somente com os modos de subjetivação, ou seja, nas dimensões psicossociais, e não nos processos de subjetivação, ou nas dimensões singulares. A todo momento as conversas eram voltadas para o cotidiano das hortas comunitárias e como os trabalhadores se sentiam, quais suas impressões a cerca das relações que estabeleciam naquele contexto e como eram realizados os modos de trabalho.

As relações estabelecidas e o conhecimento que cada trabalhador tem da horta comunitária, bem como das políticas públicas que a institucionalizaram. O conhecimento dos direitos estabelecidos e os princípios do programa se perdem com a demanda de trabalho que cada um tem dentro da horta. Em determinados casos a horta serve para a renda familiar em outros para uma melhor saúde mental como se fosse uma forma de se “desligar do mundo e dos problemas”. Porém o estabelecimento de relações entre os membros é difuso, seja pela demanda de trabalho ou até mesmo por uma indisposição em socializar dentro deste contexto. Aqui remete o quanto à forma de alienação no trabalho dominante é herdada, pois em sua maioria os trabalhadores da horta são aposentados e não precisam realizar suas atividades como em um trabalho formal, ou seja, cumprindo regras, normas e horários definidos por outros. Outro ponto destacado é a existência do modo de subjetivação que é o cuidar de si ao



trabalhar com a terra, pois em sua maioria os trabalhadores da horta são consequências do êxodo rural e da industrialização em grandes centros comerciais. A relação desses trabalhadores estabelecem com a terra é construída de várias formas, seja pela identificação paterna, ou seja, ao lidar com a terra, o plantio e a colheita o trabalhador retoma a experiências vividas na infância, ou até mesmo por já ter trabalhado no contexto rural, mas que por várias questões teve que abandonar esta atividade.

Fica evidente, portanto, que os trabalhadores se reconhecem enquanto trabalhadores da terra, mas não como trabalhadores ou agentes participantes de uma política pública que tem como princípio a segurança alimentar e nutricional; e, também, no contexto do município de Maringá, o restabelecimento de novas formas de trabalho e saúde mental a qual esses desconhecem.

## Conclusões

Concluimos que caberia estabelecer um maior vínculo entre o conhecimento e as habilidades de cada trabalhador da horta, possibilitando a estes estudos sobre as novas formas de trabalho. Além, disso, como as políticas públicas contribuem com estes trabalhadores, especificamente, com o programa no qual estão inseridos, ou seja, as hortas comunitárias.

O estabelecimento deste conhecimento possibilita a compreensão que o sujeito-trabalhador se constitui mediante práticas historicamente construídas; e, a dimensão política de todo saber, podendo nos auxiliar nos questionamentos sobre a ética que cada trabalhador produz em sua relação com os demais trabalhadores da horta comunitária.

## Referências

- ALBUQUERQUE, José de Oliveira. **Mostra de Projetos 2012**. Maringá: Fiepr, 2012. Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta\\_Comunitaria\\_de\\_Maringa\\_Inclusao\\_Social\\_e\\_Produtiva\[40003\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta_Comunitaria_de_Maringa_Inclusao_Social_e_Produtiva[40003].pdf)>. Acesso em: 16 de Junho de 2015.
- MATTOSO, José Eduardo Levi. **O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados**. São Paulo: Pagina Abertas, 1994.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.
- NARDI, H. C., RAMMINGER, T. Modos de Subjetivação dos Trabalhadores de Saúde Mental em Tempos de Reforma Psiquiátrica. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(2):265-287, 2007.